

# Condicionantes da Corrupção Subnacional no Brasil

Clóvis Alberto Vieira de Melo (UFCG)\*

**Resumo:** *Quais os principais condicionantes da corrupção nos municípios brasileiros? Responder esta questão é o objetivo central deste trabalho. Para tanto foi elaborado um modelo estatístico em que se testou a influência de variáveis políticas e institucionais nos níveis de corrupção das gestões municipais. Os resultados sugerem que prefeitos lame duck, e alta consistência ideológica das coligações partidárias impactam positivamente no número de casos de corrupção, enquanto que, instrumentos de accountability e qualidade da burocracia impactam negativamente.*

**Palavras-chave:** *Corrupção, accountability, coligações partidária, lame duck e binomial negativa.*

**Abstract:** *What are the main determinants of corruption in Brazilian cities? Answering this question is the central objective of this work. To that end, we developed a statistical model that tested the influence of political and institutional variables on levels of corruption in municipal administrations. The results suggest that lame duck mayors, and high consistency of ideological coalitions positively impact the number of corruption cases, while instruments of accountability and quality of bureaucracy impact it negatively.*

**Keywords:** *Corruption, accountability, party coalitions, lame duck and negative binomial.*

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é explicar as causas da corrupção em nível subnacional no Brasil, precisamente nos municípios. Foram

---

\* Doutor em Cientista Política e Professor da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [clovis.melo@ufcg.edu.br](mailto:clovis.melo@ufcg.edu.br).

testadas algumas variáveis institucionais, políticas e administrativas, que explicam a variabilidade da manifestação do fenômeno da corrupção.

Trata-se de uma pesquisa descritivo-explicativa, tendo sua matriz de dados coletadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Controladoria Geral da União (CGU). Nesta última foram coletados dados sobre a variável dependente, ou seja, casos de corrupção, e nos demais órgãos foram coletados dados sobre as variáveis explicativas.

Foram levantadas informações sobre 556 municípios, seguindo o sorteio feito pela CGU, os quais são distribuídos por todas as unidades federativas, e não ultrapassam a faixa populacional de quinhentos mil habitantes.

O trabalho estrutura-se em três partes principais. Na seção dois é apresentado o conceito de corrupção utilizado. Sabe-se que não há consenso na literatura sobre o termo corrupção, no entanto, é essencial um conceito mínimo, que torne metodologicamente, operacional tanto o levantamento de dados, como também a elaboração de modelos estatísticos. Ainda nesta seção, são apresentadas características sociais, econômicas e políticas dos municípios que fizeram parte da amostra trabalhada. Na terceira seção, buscou-se apresentar variáveis que comumente são correlacionadas à corrupção, com o objetivo de verificar quais de fato possui correlação estatisticamente significativa. Já na quarta seção é apresentado resultados de estatísticas inferenciais, buscando-se com isso verificar relação de causalidade entre algumas variáveis sugeridas pela literatura e os casos de corrupção, especificamente os que envolveram verbas do governos federal administrado por prefeituras municipais.

A partir dos resultados é possível afirmar que instrumentos de accountability, formação superior dos funcionários das prefeituras são variáveis que contribuem para diminuir os casos de corrupção nos municípios brasileiros, enquanto, que prefeitos de segundo mandato, ou seja, não reelegíveis, bem como o alto nível de consistência ideológicas das coligações partidárias que elegeram os prefeitos contribuem positivamente, ou seja, aumentam os casos de corrupção nas gestões municipais.

## **2 CONCEITO DE CORRUPÇÃO EMPREGADO, CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTO POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA**

Apresenta-se nessa seção o conceito de corrupção utilizado para se testar os seus condicionantes, bem como informações sobre fonte de coleta de dados, e características dos municípios que fizeram parte da amostra.

### **2.1 CONCEITO DE CORRUPÇÃO EMPREGADO E FONTE DOS DADOS**

É vasta a literatura que busca conceituar corrupção, e a mesma não possui uma acepção precisa e clara do termo. Comumente se refere à corrupção como sendo a ação de um agente público capturando recurso do erário para benefício próprio. Muitos são os crimes que se encaixam nesse conceito que não são corrupção, a exemplo de peculato, concussão, tráfico de influência, dentre outros (MELO, 2011). De fato apreender o que seja corrupção não é uma tarefa trivial, isto por que qualquer conceituação é calcada a partir de pressupostos sociais, que por sua vez são ancorados em um grande leque de diversidades culturais os quais,

inclusive, não são estáticos ao longo do tempo. No entanto, para efeitos operacionais, nesse trabalho, entende-se corrupção como sendo a “ação de um agente, público ou privado, que, em parceria com outros, violam normas e captura recursos para si ou para seu grupo ou instituição de que pelo menos um faz parte” (MELO, 2011).

Os casos de corrupção aqui utilizados foram coletados a partir de relatórios de auditorias desenvolvidas pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre contas municipais envolvendo verbas do governo federal. Estes relatórios são resultados de investigações ocorridas no âmbito do Programa de Fiscalização por Sorteio iniciado em 2003. O total de municípios sorteados, até 2011, aproximava-se de 2000 casos. Os relatórios pesquisados para este trabalho se refere apenas a 556 municípios os quais figuraram do 1º ao 12º sorteio. A grande maioria dos objetos foco de investigações dessas auditorias dizem respeito a ações empreendidas pela gestão municipal de 2001 à 2004.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

Os municípios da amostra deste trabalho possuem um recorte populacional que não ultrapassam 500 mil habitantes. Ressalte-se que em 2004, esse teto abarcava mais de 99% dos municípios do País. Dessa amostra, apenas 4,5% dos municípios podem ser classificados como de médio porte. Essencialmente, portanto, os dados da pesquisa se referem a municípios de pequeno porte, conforme se pode ver na tabela 1. Mais de 70% desses municípios foram criados até a década de 1970 e 23,74% (132) foram criados nos últimos 20 anos.

**Tabela 1**  
**Faixas Populacionais dos Municípios da Amostra – 2003**

<b>FAIXA DE HABITANTES</b>	<b>N°</b>	<b>%</b>	<b>ACUMULADO (%)</b>
<b>Até 5 mil</b>	89	16,01	16,01
<b>Entre 5 e 10 mil</b>	97	17,45	33,45
<b>Entre 10 e 20 mil</b>	174	31,29	64,75
<b>Entre 20 e 50 mil</b>	135	24,28	89,03
<b>Entre 50 e 100 mil</b>	36	6,47	95,50
<b>Entre 100 e 500 mil</b>	25	4,50	100,00
<b>Total</b>	556	100,00	

Fonte: IBGE: estimativa 2003.

A tabela 2 apresenta dados descritivos de variáveis relativas a diversos aspectos dos municípios. Destaque-se a intensidade da pobreza (média é 48,66%) e a desigualdade social (que, medida pelo índice de Gini, aproxima-se de 60%). Os municípios possuem, em média, uma taxa de urbanização superior a 50% (havendo casos de até 100%).

Conquanto muito diferentes entre si, os municípios possuem, na sua maior parte, várias características semelhantes, reveladas por indicadores, por exemplo, como o IDH, que apresenta parâmetros de normalidade. Em outras variáveis, como taxa de urbanização, a distribuição é menos homogênea.

No tocante à parte dos recursos financeiros desses municípios, constatou-se, no período da gestão analisada, que, em média, houve aumento per capita, significando que os prefeitos, eleitos em 2000, passaram a contar com aporte financeiro crescente. Os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por exemplo, mais do que dobraram em quatro anos (tabela 3).

**Tabela 2**  
**Estatísticas Descritivas de Características dos Municípios Analisados**

<b>Variável</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>Tamanho da população – 2000</b>	1.270	449.476	24.885,90	39.352,02
<b>Densidade demográfica – 2000</b>	0,20	1.2881,40	125,86	818,93
<b>Idh 2000</b>	0,48	0,92	0,69	0,08
<b>Intensidade de pobreza 2000</b>	26,34	77,76	48,66	10,17
<b>Gini 2000</b>	0,39	0,78	0,57	0,06
<b>Theil 2000</b>	0,24	1,02	0,54	0,12
<b>Taxa de urbanização – 2000</b>	0,12	1,00	0,60	0,23
<b>Taxa de alfabetização – 2000</b>	40,17	98,13	77,09	12,39
<b>Distância para capital (km)</b>	12,02	822,22	236,80	160,27
<b>Área do município (km<sup>2</sup>) – 2000</b>	15,40	84.607,30	2.079,65	6.456,56
<b>Pib per capita - R\$ 1,00 – 2003</b>	1.113,85	169.018,10	7.071,90	13.224,36
<b>Renda per capita – R\$ 1,00 – 2000</b>	41,43	834,00	161,42	91,77
<b>Taxa de crescimento (%) 1991-2000</b>	-9,62	12,50	0,57	2,68
<b>Taxa de crescimento (%) 1997-2003</b>	-17,76	35,33	2,00	4,27
<b>Taxa de crescimento (%) 2000-2003</b>	-10,87	21,17	1,49	2,68

Fonte: IBGE, Caixa Econômica Federal (CEF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ( IPEA).

**Tabela 3**  
**Descrição das Receitas Municipais Per Capita (R\$)**

<b>RECEITAS</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Diferença 2001/2004 (%)</b>
<b>Não Financeiras</b>	550,45	659,42	693,69	839,78	52,6
<b>Transferências</b>	483,55	572,26	592,01	726,77	50,3
<b>Próprias</b>	67,61	86,06	107,01	109,27	61,6
<b>FUNDEF</b>	54,4	76,2	92,84	108,64	99,7

Fonte: STN.

### 2.3 CONTEXTO POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS DA GESTÃO 2001/2004

Os prefeitos eleitos no Brasil, em 2000, representavam 25 partidos políticos diferentes. No entanto, 70% dos municípios eram governados por apenas quatro agremiações: PMDB, PFL (atual DEM), PSDB e PPB. Na amostra utilizada neste trabalho, manteve-se a predominância desses partidos, havendo apenas alternância entre PFL e PSDB.

Ideologicamente, os partidos da amostra distribuem-se de forma semelhante ao universo dos municípios. Os de esquerda representam 14,7% do total dos prefeitos eleitos, centro e direita, 41,7% e 42,4% respectivamente (tabela 4). Pouco mais de 1% das prefeituras foi ocupado por partido considerado indefinido ideologicamente, segundo os critérios de Carreirão (2006), que classifica as agremiações políticas no Brasil, quanto à ideologia, da seguinte forma: de direita: PPB, PFL, PRN, PDC, PL, PTB, PSC, PSP, PRP, PSL, PSD e PRONA; de centro: PMDB e PSDB; de esquerda: PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN; indefinidos: PST, PHS, PTC, PTdo B, PRTB, PSDC e PAN.

**Tabela 4**  
**Distribuição dos Prefeitos Eleitos por Ideologia Partidária (2000)**

<b>Ideologia partidária</b>	<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>Amostra</b>	<b>%</b>
Esquerda	788	14,2	82	14,7
Centro	2.248	40,4	232	41,7
Direita	2.467	44,4	236	42,4
Indefinido	57	1,0	6	1,1
Total	5.561	100,0	556	100,0

**Fonte:** TSE

Com o objetivo de aumentar suas chances eleitorais, a maior parte dos partidos formou coligações, que variaram em número e composição: dos 556 prefeitos eleitos, 87% deles fizeram parte de algum tipo de coligação. Predominaram candidaturas coligadas de dois a quatro partidos (64,39% do total). No entanto, houve prefeitos eleitos por mais de 10 partidos coligados (tabela 5). Era de esperar-se, portanto, inconsistência ideológica nessas coalizões. Apenas 28,26% delas poderiam ser classificadas como de alta consistência ideológica, visto que se situavam apenas em um campo do espectro partidário: esquerda, centro ou direita. As demais foram produzidas com partidos de campos

distintos, muitas vezes opostos, como esquerda e direita, ou mesmo com partidos de todos os campos, o que implicava baixa consistência ideológica (42,6% do total). As coligações com média consistência, ou seja, produzidas a partir da união de partidos de centro-esquerda e centro-direita representaram 29,2% do total (Tabela 6).

**Tabela 5**  
**Número de Partidos Envolvidos na Campanha do Prefeito Eleito**  
**por Municípios (2000)**

Nº de partidos envolvidos na campanha do prefeito eleito	Nº de municípios	%	Acumulado
1	72	12.95	12.95
2	125	22.48	35.43
3	142	25.54	60.97
4	91	16.37	77.34
5	46	8.27	85.61
6	31	5.58	91.19
7	15	2.70	93.88
8	13	2.34	96.22
9	11	1.98	98.20
10	2	0.36	98.56
11	3	0.54	99.10
12	5	0.90	100.00
	556	100.00	

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tomando-se como referência apenas os 10 partidos mais representativos, a consistência ideológica distribui-se, percentualmente, em 22,85% para alta, 29,65% para média e 47,49% para baixa. Desses 10 partidos, os quatro com maior consistência ideológica são: PT (46,67% das coligações), PSB (31,25%), PPB (31,11%) e PFL (27,06%). Os dois partidos de centro, PMDB e PSDB, possuem apenas 5,26% e 10,19% de suas coligações com forte consistência (tabela 4.6). A explicação para essa baixa consistência entre esses dois partidos está no fato de apenas eles fazerem parte do mesmo campo ideológico e serem adversários, no



âmbito nacional, o que os induz a fazerem coligações com partidos de outro campo para aumentar suas chances eleitorais.

**Tabela 6**  
**Nível de Consistência Ideológica por Campo e Partido do Prefeito (2000)**

Campo ideológico Do partido Do prefeito	Partido do Prefeito	Consistência ideológica Das coligações			Total
		BAIXA	MÉDIA	ALTA	
<b>Esquerda</b>	PDT	75.0		25.0	100
	PT	26.7	26.7	46.7	100
	PPS	76.9	23.1		100
	PSB	43.8	25.0	31.3	100
	PV	100.0			100
	<b>TOTAL</b>	<b>58.9</b>	<b>15.1</b>	<b>26.0</b>	<b>100</b>
<b>Centro</b>	PMDB	32.4	57.4	10.2	100
	PSDB	35.8	58.9	5.3	100
	<b>TOTAL</b>	<b>34.0</b>	<b>58.1</b>	<b>7.9</b>	<b>100</b>
<b>Direita</b>	PPB	48.9	20.0	31.1	100
	PTB	55.6	18.5	25.9	100
	PSL	66.7		33.3	100
	PSC		75.0	25.0	100
	PL	43.5	30.4	26.1	100
	PFL	36.5	36.5	27.1	100
	PSD	36.4	36.4	27.3	100
	PRP			100.0	100
	<b>TOTAL</b>	<b>42.6</b>	<b>29.2</b>	<b>28.2</b>	<b>100</b>

**Fonte:** TSE. N = 478

Gerring e Thacker (2004) sugerem que coligações partidárias são, em grande medida, produzidas por meio de incentivos materiais, caracterizando troca de favores (logrolling). Segundo esses autores, tal dinâmica equipara-se a corrupção, pelo menos em algumas situações. Em coligações com baixa consistência ideológica, isso tenderia a ocorrer com maior frequência e maior proporção. Della Porta sugere que “instability

of alliances between party factions also strengthened corrupt politicians who could approach the factions to whom they are indispensable at a given moment and obtain connivance and protection” (2004, p. 46).

As variáveis número de partidos coligados e consistência ideológica das coligações podem, em alguma medida, explicar o nível de corrupção, no âmbito municipal. É que, teoricamente, quanto mais numerosa for uma coligação vencedora, tanto mais loteada partidariamente será a administração e, por isso mesmo, maior a possibilidade de o prefeito ter em seu governo, rent-seeking. Por outro lado, baixa consistência ideológica pode indicar fragilidade programática dos partidos, o que, por sua vez, facilita a abertura de espaço para integrantes, descomprometidos partidariamente, agirem como rent-seeking.

Além dessas duas variáveis (analisadas adiante), outra questão importante a ser destacada sobre as administrações, no período 2001/2004, é: se os prefeitos são, na maioria, de primeiro mandato ou se já estão no fim do segundo (lame-duck). Teoricamente, o horizonte do lame duck é menor do que o do prefeito de primeiro mandato. Isso tende a gerar um padrão de comportamento distinto, sobretudo no tocante à responsividade: prefeitos impedidos de ser reeleitos podem, no seu cálculo racional, desconsiderar aspectos que não poderiam ser negligenciados por prefeitos de primeiro mandato, cujo custo político do envolvimento com casos de corrupção costuma influir diretamente no processo da sua reeleição. Portanto, prefeitos de primeiro mandato tendem a evitar o oportunismo (BESLEY e CASE, 1995), diminuindo assim os níveis de corrupção. Tal não ocorre com prefeitos lame duck, cuja impossibilidade de reeleição não necessariamente constrange o seu

comportamento, o que o torna mais propenso a ter em seu governo casos de corrupção (ALT e LASSEN, 2002).

Na tabela 7, verifica-se a taxa de prefeitos eleitos e reeleitos, por partido político e por campo ideológico. Do total, 40,7% deles eram lame duck. Cruzando-se esses dados com os relativos à corrupção, verifica-se que, no grupo de prefeitos eleitos, foram detectados casos de corrupção em 60% dos municípios. No grupo dos prefeitos lame duck, 68,6% (14,33% a mais, em relação aos municípios administrados por prefeitos ainda no primeiro mandato. Observe-se que foram os partidos de centro os detentores da maior taxa de reeleição (46%), superando a média geral (40,7%). No pleito de 2000, os partidos de esquerda reelegeram apenas 23 prefeitos, ou seja, 28% do total (82).

**Tabela 7**  
**Tipo de Eleição do Prefeito por Partido e Campo (2000)**

CAMPO IDEOLÓGICO	PARTIDO	PREFEITO					
		1º MANDATO		REELEITO		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%
<b>ESQUERDA</b>	PDT	24	75,0	8	25,0	32	100
	PT	12	75,0	4	25,0	16	100
	PPS	11	68,8	5	31,3	16	100
	PSB	12	70,6	5	29,4	17	100
	PV	0	0,0	1	100,0	1	100
	<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>72,0</b>	<b>23</b>	<b>28,00</b>	<b>82</b>	<b>100</b>
<b>CENTRO</b>	PMDB	73	58,9	51	41,1	124	100
	PSDB	50	48,5	53	51,5	103	100
	<b>TOTAL</b>	<b>123</b>	<b>54,0</b>	<b>104</b>	<b>46,0</b>	<b>227</b>	<b>100</b>
<b>DIREITA</b>	PPB	38	65,5	20	34,5	58	100
	PTB	17	58,6	12	41,4	29	100
	PSL	4	80,0	1	20,0	5	100
	PL	10	45,5	12	54,5	22	100
	PFL	51	54,3	43	45,7	94	100
	PSD	8	66,7	4	33,3	12	100
	PRP	1	100,0	0	0,0	1	100
	<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>58,0</b>	<b>92</b>	<b>42,0</b>	<b>221</b>	<b>100</b>
<b>INDEFINIDO</b>	PST	3	100,0	0	0,0	3	100
	PSC	4	100,0	0	0,0	4	100
	PRTB	1	100,0	0	0,0	1	100
	PHS	1	100,0	0	0,0	1	100
	PT do B	0	0,0	1	100,0	1	100
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>90,0</b>	<b>1</b>	<b>10,0</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>320</b>	<b>59,3</b>	<b>220</b>	<b>40,7</b>	<b>540</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE.

### **3 VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA CORRUPÇÃO SUBNACIONAL NO BRASIL**

Esta seção tem dois objetivos principais. O primeiro é relacionar, descritivamente corrupção com diferentes variáveis políticas, institucionais e sociais, para verificar em que medida estão associadas. Os testes de correlação, utilizados nesta seção para averiguar a existência

dessa hipotética associação, são meramente ilustrativos, não indicando nexos de causalidade. O segundo objetivo, sim, busca identificar que variáveis explicam, estatisticamente, o nível de corrupção nos municípios brasileiros.

### 3.1 ELEIÇÃO, PARTIDOS E IDEOLOGIA

Buscou-se verificar se a taxa de comparecimento às urnas está relacionada com a quantidade de casos de corrupção. Constatou-se, que nos municípios em que se encontrou essa prática, uma abstenção eleitoral de 15,25%. Nos municípios sem indícios de corrupção, a taxa de não participação no processo eleitoral ficou em 12,8%.

A abstenção eleitoral possui uma associação positiva com corrupção, no tanto em que influencia o comportamento do prefeito. Em primeiro lugar, porque certo contingente dos que participaram do processo eleitoral tende a manter-se atento à ação dos eleitos, exercendo pressão sobre eles. Diminuindo a participação na eleição, é provável que diminuam também os que ficariam atentos à gestão, repercutindo em menor controle sobre o prefeito e maior probabilidade de ele se envolver em atos ilícitos, em especial os de corrupção. Em segundo lugar, porque grande abstenção costuma favorecer o candidato que tem maior volume de recursos para a estrutura de campanha. Nesse caso, é possível que candidatos com postura mais republicana saiam perdendo, nessa relação.

Verificaram-se, ainda, as variáveis proporção dos votos do candidato em relação ao total de eleitores e a diferença percentual entre os dois candidatos a prefeito mais votados. Esta última variável não apresentou significância, diferentemente da proporção de votos conferidos ao candidato eleito. A correlação, no entanto, tem sinal

negativo. Sugere isso que, quanto maior a votação do candidato eleito, tanto menor tende a ser a corrupção, no município.

A variável campo ideológico do partido do prefeito, isoladamente dos partidos da coligação, não possui correlação com a corrupção. O padrão mantém-se, mesmo entre os prefeitos que não se coligaram com outros partidos.

Quando, porém, se analisam as variáveis referentes a coligações partidárias, parte delas possui relação positiva e significativa com corrupção, excetuando-se a variável número de partidos da coligação. Supõe-se que, quanto maior for o número de partidos na coligação, maior será a quantidade de casos de corrupção, porque o prefeito tende a inserir em seu governo pessoas de outros partidos, as quais podem optar pela estratégia de rent-seeking, visto que só ele arcaria com parte dos custos. Contudo, não é o número grande de partidos na coligação que se correlaciona com corrupção, senão o próprio fato de existir coligação.

Em suma, corrupção possui associação com coligação, e esta pode ser analisada sob o aspecto da sua composição. Uma das duas formas de proceder-se a tal análise, considera o espectro ideológico dos partidos da coligação. Esse espectro oscila da esquerda para a direita, conforme a tabela 8, passando por espaços intermediários. Quanto mais à direita (5), maior é a correlação com corrupção. Assim, entre os municípios em que a coligação era predominantemente de direita, a taxa de corrupção foi calculada em 75,81%.

**Tabela 8**  
**Espectro Ideológico das Coligações por Presença ou Ausência de Corrupção nos Municípios (N=284)**

Corrupção	Campo ideológico da coligação (%)					
	Esquerda	Centro/ Esquerda	Centro	Centro/ Direita	Direita	Esquerda/ Direita
<b>Sim</b>	65,22	57,69	45,45	63,97	75,81	60,66
<b>Não</b>	34,78	42,31	54,55	36,03	24,19	39,34

Fonte: TSE e CGU.

Outra forma de analisar-se a referida correlação é considerar as coligações quanto à sua consistência ideológica, classificada como fraca, média ou forte. Constatou-se que, quanto mais consistente é uma coligação, tanto mais numerosos são os casos de corrupção. Sugere isso que o fato de contar com partidos aliados do mesmo campo ideológico não significa que eles sejam mais probos.

### 3.2 REELEIÇÃO E ACCOUNTABILITY

Ações de gestores públicos que envolvem casos de corrupção ou mesmo ineficiência podem ser entendidas como um problema de agência (agency loss). Esse fenômeno é discutido, na Ciência Política, a luz da Teoria Principal-agente. O pressuposto é de que a ação governamental opera através de uma rede de delegação, onde há um principal, aquele que delega funções, e um agente, aquele que recebe a função a ser desempenhada. Ocorre que este último nem sempre cumpre aquilo que lhe foi atribuído, isto por que, sendo maximizador, tendem a fazer escolhas que amplie o valor-utilidade de suas ações em benefício próprio, o que não necessariamente pode ser alinhado ao interesse do principal. A diferença entre o que este delegou e o que realmente foi executado pelo agente pode ser entendido com agency loss. Corrupção é um tipo de agency loss. Ao ser eleito um prefeito, por

exemplo, recebe um conjunto de delegações que devem ser cumpridas em nome do principal, no caso o eleitor. Ao desviar recursos públicos através da corrupção, o prefeito estará minimizando o potencial das ações a serem empreendidas pela gestão municipal, o que no limite pode significar prejuízo para o principal, no caso eleitor.

Instrumentos institucionais de controle podem operar no sentido de alinhar o interesse do agente com o do principal. Sob este aspecto, eleições são exemplos de mecanismos que podem contribuir para diminuição de agency loss. No processo eleitoral, entendido aqui como mecanismos de accountability vertical, em que o eleitor recompensa o bom gestor ou pune o mau através do voto, o agente poderá ser constrangido a se envolver em casos de corrupção, uma vez que passarão pelo julgamento eleitoral, onde condutas indesejáveis poderão ser punidas. Sendo assim, pode-se supor que prefeitos não mais reelegíveis (em fins de segundo mandato consecutivo), ou seja, lame duck, não mais terão tal constrangimento, tendendo assim ser menos probos. De fato, os dados sugerem uma relação positiva entre prefeitos lame duck e corrupção, o que corrobora os argumentos de Besley e Case (1995) e Alt e Lassen (2002).

Ainda sobre mecanismos de controle, utilizou-se neste trabalho o índice de checks & balances, proposto por Alston, Melo, Mueller e Pereira (2008), os quais tomaram como unidades de análise os estados brasileiros. Este índice traduz o grau existência de instrumentos accountability horizontal e societal capazes de constranger o comportamento ilícito, tais como mídia independente, ação do Ministério Público e dos tribunais de contas, bem como independência das agências regulatórias. Para cada município, atribuiu-se a nota do seu respectivo estado, o que foi posteriormente confrontado com a variável corrupção.



Constatou-se significância negativa com esse indicador, para os anos de 1999-2002 e 2003-2006, o que demonstra que pelo menos parte dos instrumentos de controle incluídos nesse indicador influencia também o comportamento dos prefeitos, uma vez que, quanto maior a nota no índice, menor a taxa de corrupção. Instrumentos de accountability configuram um dos principais fatores de contenção da corrupção tratados pela literatura, o que pode ser visto em Becker (1968), Van Rijckeghem e Weder (1997), Tanzi (1998), Myint (2000), Treisman (2000), Lederman, Loayza e Soares (2001), Jain (2001) e Adsera et al. (2004)

Outra variável analisada foi a inoperância de conselhos municipais. Nas auditorias desenvolvidas pela CGU, observou-se o funcionamento dos conselhos, dentre eles os de saúde e educação. Dentre os problemas encontrados, em relação a eles, verificou-se, em alguns casos, que simplesmente não existiam. Como se sabe, tais conselhos têm sido, nos últimos anos, um instrumento de acompanhamento da atividade executiva por parte da população. O pressuposto é que eles podem influenciar o comportamento dos gestores municipais, no sentido da probidade administrativa, ocorrendo o inverso no caso da sua inexistência. Ocorre, no entanto, que não há associação significativa no emprego desse indicador. Uma explicação pode residir no fato de os conselhos existentes nem sempre exercerem pressão suficiente sobre os respectivos prefeitos.

### 3.3 INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO E QUALIFICAÇÃO

Em relação a aspectos internos à própria administração, escolheram-se duas variáveis capazes de instrumentalizar o prefeito na sua gestão: a qualificação dos seus funcionários e o conjunto de

instrumentos legais disponíveis. Para Gould e Amaro-Reyes (1983), Tanzi (2000) e Elliott (2002), a estrutura institucional de governo e o nível de capacitação da burocracia influenciam os níveis de corrupção.

Para tanto, considerou-se a percentagem de funcionários com formação superior e o índice de instrumentos de planejamento. Os dados revelaram uma relação negativa e significativa entre essas duas variáveis e o número de casos de corrupção, nos municípios: quanto menor o número de funcionários capacitados e de leis específicas para a administração, tanto maior o dos casos de corrupção no município.

Tem-se por certo que, quanto mais capacitado for esse corpo de funcionários, tanto melhores serão os serviços disponibilizados para a população, porquanto, dotados de know-how, eles disporão de melhores padrões de remuneração, o que pode influenciar seu nível de comprometimento com as próprias atividades. O inverso também seria verdadeiro: menos qualificado o funcionário, menores serão seu salário e seu comprometimento com as tarefas, o que pode abrir espaço para alguns se envolverem em ações ilícitas, como a corrupção, gerando danos ao erário público. Note-se que o nível salarial é um elemento que a literatura sugere contribuir diretamente com o número de casos de corrupção, como pode ser visto em Ul Haque e Sahay (1996), Ades e Di Tella (1999), Mauro (1997), Treisman (2000), Abbink (2000), Van Rijckeghem e Weder (2001) e Alt e Lassen (2008).

Descritivamente, é possível relacionar corrupção com capacitação funcional, tomando-se como indicador a taxa de funcionários com formação universitária. Em média, 10,66% dos funcionários da administração direta, no Brasil, tinham nível superior, em 2004. Não muito diferente é a média da amostra utilizada neste trabalho, calculada em 10,32%. Não se observam, portanto, diferenças significativas entre

amostra e universo. Contudo, quando a amostra é desagregada por municípios com e sem corrupção, a realidade apresenta-se diferente.

Os dados referentes ao nível de qualificação do quadro da administração direta das prefeituras, cruzados com as informações sobre corrupção e apresentados na tabela 9, reforçam a hipótese sugerida, pois revelam que os municípios, em que houve corrupção, são exatamente aqueles em que o corpo funcional possuía menor qualificação. A diferença entre um grupo e outro chega a 25,26%. Distribuindo-se os dados por quartis, percebe-se a manutenção deste padrão até o 3º.

**Tabela 9**  
**Porcentagem de Funcionários da Administração Direta Municipal com Nível Superior no Brasil e na Amostra (2004)**

Municípios	% de funcionários com Formação superior				MÉDIAS	N
	QUARTIS					
	1º	2º	3º	4º		
<b>Auditados</b>						
<b>Com corrupção</b>	2.74	6.64	13.65	46.62	9.20	351
<b>Sem corrupção</b>	5.23	9.93	19.25	44.03	12.31	198
<b>Brasil</b>	3.45	8.26	15.39	80.19	10.66	5.510

**Fonte:** CGU e IBGE: Gestão municipal 2004.

Existe um conjunto de instrumentos constitucionais, no Brasil, visando ao exercício da administração pública orçamentária, nas três esferas de governo: Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA). Esses instrumentos são obrigatórios e têm como objetivo fazer o elo entre as políticas de governo e o orçamento do ente federado. Mais de 90% dos municípios analisados nesta pesquisa possuem tais instrumentos (tabela 10).

Entretanto, há outros instrumentos legais importantes, embora não adotados pela maioria das prefeituras, o que facilita, em alguma medida,

a ocorrência de ações corruptas, dada a ausência de incentivos e restrições institucionais propiciados, por exemplo, pelas leis do Plano Diretor, do Perímetro Urbano e do Zoneamento. Em parte significativa dos municípios, essas leis não existiam, no início da gestão 2001/2004. Podem-se, portanto, estabelecer correlações, para efeitos eminentemente exploratórios, entre o número de municípios que possuem tais leis e o número encontrado de casos de corrupção. Os dados revelam que há correlação negativa, com significância de 0,01, entre essas leis e corrupção, respectivamente de -0,097\*\* (Plano Diretor), -0,176\*\* (Lei do Perímetro Urbano) e -0,247\*\* (Lei do Zoneamento). Na tabela 4.11, essas três leis foram agregadas em uma variável, denominada Índice de Instrumentos de Planejamento (2001), a qual se manteve relacionada negativamente com os desvios de recursos e o mesmo padrão de significância. (Essa variável será utilizada nos testes inferenciais.)

**Tabela 10**  
**Instrumentos de Gestão pelos Municípios da Amostra (2001)**

Instrumentos de gestão	Municípios			
	Existência		Não existência	
	Nº	%	Nº	%
<b>PPA</b>	509	91,5	47	8,5
<b>LDO</b>	531	95,5	25	4,5
<b>LOA</b>	515	92,6	41	7,4
<b>Plano diretor</b>	99	17,8	457	82,2
<b>Lei do perímetro urbano</b>	391	70,5	164	29,5
<b>Lei de zoneamento</b>	130	23,4	425	76,6

**Fonte:** CEF e IPEA.

Neste último grupo de variáveis, inseriu-se também a escolaridade do prefeito, que vai desde ler e escrever até possuir curso superior completo. Registrou-se correlação negativa significativa com corrupção, de modo que, nos municípios em que os prefeitos eram mais escolarizados, o número de casos era menor.

### 3.4 CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO

Neste grupo, foram inseridas duas variáveis geográficas que poderiam contribuir para a ocorrência de corrupção: a área espacial ou extensão territorial do município e sua distância para a capital do estado. No primeiro caso, o pressuposto era que, quanto maior um município, tanto maior a dificuldade de controlar as ações dos agentes e, conseqüentemente, maior número de casos de corrupção. Lógica semelhante aplicava-se a segunda variável, porquanto se sabe que parte significativa dos sistemas de controle existentes nas unidades federativas se encontra na capital. Nesse caso, se o município está distante dela, o nível de controle seria menor. No teste de correlação, porém, não houve significância.

Em relação às variáveis sociais, optou-se por utilizar o IDH e, posteriormente, suas dimensões educacionais e econômicas. No campo econômico, verificou-se também o índice de Gini. Considera-se que, quanto maiores os níveis de educação e de renda da população do município, menor tende a ser a quantidade de casos de corrupção. Cidadãos menos educados seriam menos conhecedores das funções dos gestores públicos e, conseqüentemente, menos atentos às suas ações. Por outro lado, o próprio nível educacional está fortemente relacionado com o nível econômico dos cidadãos.

Essas variáveis sociais mostraram-se correlacionadas com o número de casos de corrupção. O IDH e suas dimensões registram uma relação positiva, pois, quanto melhores são tais índices, menores são os números de casos. O índice de Gini também apresentou relação positiva com o desvio de recursos: quanto mais desigual é um município, tanto mais propenso à corrupção.

**Tabela 11**  
**Matriz de Correlação (Pearson) – Variáveis Políticas, Institucionais,**  
**Sociais e Corrupção**

<b>GRUPO</b>	<b>VARIÁVEIS</b>	<b>R</b>	<b>N</b>
<b>ELEIÇÃO, PARTIDO E IDEOLOGIA</b>	Abstenção eleitoral (%) – 2000	0.213**	556
	Votos do candidato eleito (%) - 2000	-0.091*	556
	Diferença (%) entre os 2 cand.prefeito + votados (1º turno) - 2000	0.002	543
	Ideologia do partido – 2000	-0.080	550
	Presença de coligação partidária - 2000	0.092*	556
	Número de partidos na coligação – 2000	0.032	556
	Campo ideológico da coligação - 2000	0.136*	284
<b>REELEIÇÃO E ACCOUNTABILITY</b>	Consistência ideológica da coligação - 2000	0.107*	484
	Prefeito <i>Lame duck</i> – 2000	0.103*	540
	Partido do governador - 2000	0.067	556
	Partido do presidente - 2000	-0.039	556
	Índice de <i>check and balances</i> - 1999-2002	-0.286**	556
	Índice de <i>check and balances</i> - 2003-2006	-0.283**	556
	Numero de conselho inoperante	0.044	181
<b>MODELO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO</b>	Funcionários da administração direta com nível superior (%) 2004	-0.209**	549
	Índice de Instrumentos de planejamento - 2001	-0.247**	556
	Grau de instrução do prefeito eleito - 2000	-0.093*	556
<b>CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO</b>	Distância da capital (km)	0,000	553
	Área (km <sup>2</sup> )	0.009	553
	IDHM – 2000	-0.365**	553
	IDHM-renda – 2000	-0.358**	553
	IDHM-educação – 2000	-0.322**	553
	Índice de Gini – 2000	0.136**	553

\* $p < ,05$ , \*\* $p < ,001$

Fonte: IBGE, TSE, CEF, IPEA e Alston, Melo, Mueller e Pereira (2008)

#### **4 EXPLICANDO A CORRUPÇÃO A PARTIR DO MODELO BINOMIAL NEGATIVO**

Após as análises descritivas, procedeu-se a uma regressão binomial negativa (tabela 4.12), com o objetivo de verificar os efeitos de algumas das variáveis na variabilidade dos número de casos de corrupção nos municípios. Nesse momento, a variável corrupção deve ser entendida como dependente e caracterizada como de contagem. O modelo de regressão de Poisson seria adequado para testes inferenciais com esse tipo de dados (GUJARATI, 2006). No entanto, um dos critérios exigidos para tal modelo seria a variância igual à média ( $s^2 = m$ ). Os dados dessa variável não atendem a tal condição, visto que a média e a variância são distintas, sendo a primeira 1,402 e a segunda 2,355. Dispersão acentuada de dados pode produzir inferências enganosas (HINDE; DEMÉTRIO, 1998). Para evitar esse problema, foi utilizado neste trabalho o modelo de regressão binomial negativa, o qual também é adequado para dados de contagem, aceitando variância maior que a média ( $s^2 > m$ ). Sua especificação é dada por:

$$b = (n; k; 0) = \binom{n-1}{k-1} 0^k (1-0)^{n-k}$$

Algumas variáveis revelaram alta correlação entre si, o que, na regressão, poderia produzir problemas de multicolinearidade. No modelo, foram inseridas apenas sete variáveis (tabela 12). Duas delas são de controle: log da população e renda per capita. As demais são: checks & balances, prefeito lame duck, consistência ideológica das coligações, índice de instrumentos de planejamento e funcionários com formação superior. Procedeu-se um teste de multicolinearidade entre os

regressores, utilizando o Variance Inflation Factor (VIF), que apresentou números indicativos da ausência desse problema.

**Tabela 12**  
**Determinantes da Corrupção Subnacional no Brasil**

Variáveis Independentes	Casos de Corrupção (N <sup>o</sup> )	
	Coefficiente	Erro Padrão
Checks & balances – 1999/2003	-0.756***	0.305
Prefeito lame duck – 2000	0.166*	0.094
Consistência ideológica das coligações	0.117**	0.061
Índice de instrumentos de planejamento - 2001	-0.194***	0.060
Funcionários com formação superior - 2004	-0.012**	0.006
Log - população – 2000	0.282***	0.054
Renda per capita – 2000	-0.003***	0.001
Constante	-1.669***	0.533
Parâmetro de dispersão		Média
R – predito		0.461
Pseudo r <sup>2</sup>		0.073
Log likelihood		-691.633
Prob > Chi2		0.000
N		463

\* $p < .01$ , \*\* $p < .05$ , \*\*\* $p < .001$ . O R-predito refere-se à correlação entre as estimativas do modelo e os dados observados.

**Fonte:** CGU; TSE; IBGE; CEF; IPEA; e Alston, Melo, Mueller e Pereira (2008).

Todas as variáveis apresentaram significância estatística para explicar a variação do número de casos de corrupção. Dentre as variáveis que explicam a diminuição do desvio de recursos destaca-se o índice de checks & balances. É pacífico na literatura, conforme visto anteriormente, o reconhecimento da importância de mecanismos de controle para combater os níveis de corrupção. A presença e o funcionamento adequado de instituições de controle fazem aumentar os



custos da transação dos agentes envolvidos, podendo torná-la desinteressante, do ponto de vista dos benefícios.

A variável prefeito lame duck, por outro lado, explica o aumento dos casos de corrupção, conforme sugerem Besley e Case (1995) e Alt e Lassen (2002). O horizonte eleitoral desses prefeitos é curto, visto que, de imediato, não vislumbram mais um novo mandato. Para alguns, essa condição pode servir de estímulo para agirem como rent-seekers. Governos lame duck podem utilizar sua situação para recompor gastos passados ou formar poupanças para gastos futuros, dentre eles campanhas eleitorais ou mesmo ganhos pessoais.

O baixo nível de consistência ideológica, como propõem Gerring e Thacker (2004) e Della Porta (2004), pode contribuir para o aumento da corrupção. Os dados desta pesquisa, porém, mostraram o inverso disso, ou seja, revelaram que, quanto mais forte a coligação, maior corrupção nos municípios. De fato, os municípios cujos prefeitos foram eleitos com coligações consideradas fortes, apresentaram, em média, 1,77 casos de corrupção, enquanto naqueles com coligações fracas ocorreram 1,27. Na realidade, estes dados sugerem que o nível ideológico das coligações mede apenas o quanto os partidos parceiros estão próximos ideologicamente, pouco dizendo sobre o nível de honestidade dos que fazem parte delas.

A hipótese de que os instrumentos institucionais de gestão, à disposição do prefeito, geram menor quantidade de casos de corrupção conta com sólidos fundamentos, conforme sugerem Gould e Amaro-Reyes (1983), Tanzi (2000) e Elliott (2002). De fato, a legislação restringe o comportamento do gestor, na medida em que ele passa a ter obrigações explícitas e pode ser responsabilizado pelo não cumprimento delas. Desagregando o índice e isolando a variável Plano Diretor, por

exemplo, é possível analisar a incidência de corrupção onde ele existe e onde não existe. No primeiro caso, o número médio de desvios é 1,02 (n=99), enquanto no segundo é de 1,40 (n=457), ou seja, 40% a mais de casos de corrupção, onde não há Plano Diretor instituído.

Além dos instrumentos de controle, a formação dos funcionários contribui para a diminuição dos desvios de recursos. Quanto mais capacitados os funcionários mais comprometidos serão com a administração da prefeitura. Maior formação contribui para maior nível de conhecimento que os funcionários podem dispor da administração municipal, o que tende, em certa medida, a operar como mecanismo de controle das ações do gestor.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados apresentados nesse trabalho permitiram traçar um quadro dos principais condicionantes para corrupção nos municípios brasileiros. As hipóteses levantadas, tais como níveis de accountability, medidos pelo índice de checks & balances, prefeitos lame duck, restrições legais, medido pelo índice de instrumento de planejamento bem como funcionários com formação superior possui poder explicativo para o fenômeno, apresentando o sentido da causalidade tal como sugerida pela literatura. No entanto, surpreendeu a variável consistência ideológica das coligações partidária, que nos dados levantados, apresentaram poder explicativo, mas, com sentido de causalidade inverso do que sugere a literatura. Esse achado carece de maior aprofundamento, sobretudo, orientado pelo debate sobre sistemas eleitorais e partidário no Brasil, onde se discute se ideologia realmente representa algo.

## Referências Bibliográficas

- ABBINK, K. "Fair Salaries and the Moral Costs of Corruption." *Bonn Econ Discussion Papers*, Jan. 2000. [ftp://web.bgse.uni-bonn.de/pub/RePEc/bon/bonedp/bgse1\\_2000.pdf](ftp://web.bgse.uni-bonn.de/pub/RePEc/bon/bonedp/bgse1_2000.pdf).
- ADES, A.; DI TELLA, R. "Rents, Competition, and Corruption." *The American Economic Review*, v. 89, n. 4, p. 982-993, Sep. 1999.
- ADSERÀ, A.; BOIX, C.; PAYNE, M. "Are You Being Served? Political accountability and Quality of Government." *Research Department Working papers series*, Washington, DC, n. 438, p. 46, 2004.
- ALSTON, L.; MELO, M.; MUELLER, B.; PEREIRA, C. "The Choices Governors Make: The Roles of Checks and Balances and Political Competition." In: *Encontro Nacional de Economia*, XXXVI, Salvador, 2008.
- ALT, J. E; LASSEN, D.D. "Inequality and Corruption: Evidence from US States." *EPRU Working Paper Series*, p. 50, Aug. 2008.
- BECKER, G. S. "Crime and Punishment: An Economic Approach." *Journal of Political Economy*, v. 76, n. 2, p. 169-217, Apr. 1968.
- BESLEY, T.; CASE, A. "Does Electoral Accountability Affect Economic Policy Choices? Evidence from Gubernatorial Term Limits." *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 3, p. 769-798, Aug. 1995.
- BLACKBURN, K; BOSE, N; HAQUE, M. E. "The Incidence and Persistence of Corruption in Economic Development." *Journal of Economic Dynamics & Control*, n. 30, p. 2447-2467, Jul. 2005.
- CAMERER, L. "Corruption in South Africa: Results of an expert panel survey." *ISS Monograph Series*, n. 65, 2001. <http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No65/Contents.html>. Acesso em: 04/04/2009.
- CARREIRÃO, Y. S. "Ideologia e Partidos Políticos: um Estudo sobre Coligações em Santa Catarina." *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, Abr/Mai. 2006.
- LEDERMAN, D; LOAYZA, N.; SOARES, R.R. "Accountability and Corruption: Political Institutions Matter." *World Bank*, 2001. 37 p.
- DELLA PORTA, D. "Political parties and corruption: Ten hypotheses on five vicious circles." *Crime, Law & Social Change*, v. 42, n. 1, Aug. 2004.
- ELLIOTT, K.A. A "Corrupção como um Problema de Legislação Internacional: Recapitulações e Recomendações." In: ELLIOTT,

- K.A. *A Corrupção e a Economia Global*. ELLIOTT, K.A. ed. BRASÍLIA: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 255-339.
- FRIEDRICH, C. J. "Corruption concepts in historical perspective." In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. *Political corruption: concepts & contexts*. 3ª ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 15-23.
- GERRING, J.; THACKER, S.C. "Political Institutions and Corruption: The Role of Unitarism and Parliamentarism." *British Journal of Political Science*, v. 34, p. 295-330, 2004.
- GOULD, D.J; AMARO-REYES, J.A. "The Effects of Corruption on Administrative Performance Illustrations from Developing Countries." *World Bank Staff Working Papers*, n. 580, 1983.
- GUJARATI, D. *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 812 p.
- HINDE, H; DEMÉTRIO, C.G.B. "Overdispersion: Models and estimation." *Computational Statistics & Data Analysis*, n. 27, p. 151-170, 1998.
- HUNTINGTON, S. P. "Modernization and corruption." In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. *Political corruption: concepts e contexts*. 3ª ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 253-263.
- JAIN, A. K. "Corruption: a Review" *Journal of Economic Surveys*, v. 15, n. 1, p. 71-121, Feb. 2001.
- JENSEN, M.C; W.H. MECKLING. "Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure" *Journal of Financial Economics*, October, V.3, 4, pp. 305-360. 1976.
- JONHSTON, M. "Agentes Públicos, Interesses Particulares e Democracia Sustentável: Quando Política e Corrupção se Unem." in: ELLIOTT, K.A *A Corrupção e a Economia Global*. BRASÍLIA: Editora Universidade de Brasília, 2002. 103-134.
- KLITGAARD, R. *A corrupção sob controle*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1994. 262 p.
- KRÜGER, ANNE. "The Political Economy of the Rent-Seekings Society." *American Economic Review*, v. nº 64, v. 03, 1974
- LEFF, N. H. "Economic development throught bureaucratic corruption" In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. *Political corruption: concepts & contexts*. 3ª ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 307-320.
- MAURO, P. "Why Worry About Corruption?" *Economic Issues*, Washington, DC, n. 6, 1997.

- MELO, C. A. V. “Elementos Constitutivos e Dinâmica da Corrupção: Um Exercício Conceitual.” *Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes* (UFCG), v. 17, p. 50-72, 2011.
- MYINT, U. “Corruption: Causes, Consequences and Cures.” *Asia-Pacific Development Journal*, v. 7, n. 2, Dec. 2000.
- NYE, J. S. “Corruption and political development: a cost-benefit analysis.” *The American Political Science Review*, v. 61, n. 2, p. 417-427, Jun. 1967.
- O’HIGGINS, E. R. E. “Corruption, Underdevelopment, and Extractive Resource Industries: Addressing the Vicious Cycle.” *Business Ethics Quarterly*, v. 16, n. 2, 2006.
- ROSE-ACKERMAN, S. “A economia política da corrupção.” In: ELLIOTT, K. A. *A corrupção e a economia global*. Brasília: UNB, 2002. p. 59-102.
- ROSE-ACKERMAN, S. *Corruption and government: causes, consequences and reform*. New York: Cambridge University Press, 1999. 266 p.
- SCOTT, J.C. “Corruption, Machine Politics and Political Change.” *The American Political Science Review*, v. 63, n. 4, p. 1142-1158, Dec. 1969.
- TANZI, V. “Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope, and Cures.” *IMF Working Paper*, v. 98, n. 63, May. 1998.
- TREISMAN, D. “The Causes of Corruption: a Cross-National Study.” *Journal of Public Economics*, v. 76, p. 399-457, 2000.
- UL HAQUE, UI; SAHAY, R. “Do Government Wage Cuts Close Budget Deficits? A Conceptual Framework for Developing Countries and Transition Economies.” *IMF Working Paper*, n. 96/19, 1996.
- VAN KLAVEREN, J. “Corruption as a Historical Phenomenon.” In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M *Political corruption: concepts & contexts*. 3<sup>a</sup> ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 83-94.
- VAN RIJCKEGHEM, C; WEDER, B. “Corruption and the Rate of Temptation: Do Low Wages in the Civil Service Cause Corruption?” *IMF Working Paper*, n. 97/73, p. 56, Jun. 1997.